

# Os empréstimos do Comind e Auxiliar

Se o Brasil acertar as dívidas do Comind e do Auxiliar poderá chegar a um acordo de longo prazo para amortização da sua dívida externa sem precisar do aval do Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo o Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão.

Brandão acha que o Brasil não necessita do FMI, porque os banqueiros credores já haviam concordado em um acordo de longo prazo para o pagamento da dívida a época da Velha República. Destacou que o Governo deve, no entanto, continuar insistindo em spreads (taxas de risco) menores, porque é o único país em desenvolvimento que está honrando o pagamento dos juros.

Segundo ele, a dívida de US\$ 450 milhões pela resolução 63 (empréstimo externo para repasse no mercado interno) na verdade representa cerca de US\$ 150 milhões de dívida potencial porque pelo menos US\$ 300 milhões serão pagos pelos devedores do Comind e do Auxiliar.

Sobre a proposta de entendimento social defendida em Montevidéu pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para conter a inflação, Brandão afirmou que o Governo deveria dar o exemplo, cortando seus gastos. A seu ver, o déficit público é a maior causa da inflação e o corte de apenas Cr\$ 9 trilhões dos Cr\$ 211 trilhões de déficit previsto no pacote fiscal é ainda insuficiente.

# É hora de acordo com prazo longo

A estratégia do Governo de negociar com os credores um acordo temporário para prorrogar mais uma vez a dívida externa é equivocada. O momento, agora, é oportuno para obter um acordo de longo prazo para amortização da dívida com spreads (taxas de risco) menores.

A afirmação é do Vice-Presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira. Revelou que, em suas conversas com banqueiros e membros do Governo dos países credores, sentiu uma receptividade bastante positiva para negociar um acordo definitivo em condições favoráveis ao Brasil.

Acha possível o Governo brasileiro negociar um acordo de 17 anos para amortização da dívida, com sete anos de carência, a um spread de um por cento (atualmente a taxa é de dois por cento). Acentuou que as taxas de juros estão caindo sensivelmente, o que favorece ainda mais a negociação do acordo do Brasil com os credores. Sua previsão é de que, ainda esta semana, os juros possivelmente caiam de oito para sete e meio ou até sete por cento.

Marcílio também acha que o Brasil pode chegar a um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no mesmo molde dos que foram obtidos pela Venezuela e pela Colômbia, sem a necessidade de um acordo formal. Disse que as disparidades entre o FMI e o Brasil são perfeitamente conciliáveis.